

7 - Execução

quarta-feira, 24 de março de 2021

11:15

- Execução interfere bastante nos custos de transação; é geralmente deficiente
- Incapacidade das sociedades de fomentar a execução de contratos com eficácia é uma fonte de estagnação econômica
- Contratos são autoexequíveis quando as partes são compensadas em cumpri-los - por exemplo, quando as partes têm bastante conhecimento uma da outra e trocam com frequência. Dessa forma custos de transação são baixíssimos. Trapaças nesse caso não comepensam.
- Num mundo de trocas impessoais e trocas não-repetidas, como é o moderno, trapaça compensaria.
- Num caso de Dilema de Prisioneiro, equilíbrio de Nash não é o ótimo de Pareto. Um contrato pode contornar isso, mas acresce aos custos de transação, possivelmente um custo maior do que o ganho com a garantia da cooperação.
- Para um jogo repetido, cooperação é bem mais fácil de ser atingida, e mais fácil quanto mais próximo de perpétuo.
- Logo, em alguns jogos repetidos contratos podem ser autoexequíveis, i.e. há cooperação. No entanto essas situações da teoria dos jogos são pouco aplicáveis ao mundo real.
- Para trocas impessoais e únicas haveria maximização de riqueza com a imposição de cumprimento de contrato por uma terceira parte.
- No mundo teórico neoclássico os custos de transação e informação são nulos, não haveria necessidade de qualquer instituição. No mundo real, cooperação daria errado. Instituições permitem fiscalizar os descumprimentos, fazendo menos necessário que as partes conheçam muito do coparticipante.
- Quanto mais recursos precisem ser destinados a transacionar para assegurar resultados cooperativos, mais diluídos serão os ganhos com o comércio no modelo clássico.
- Monopólio de uma instituição só na fiscalização dá ganhos de escala no processo de fiscalização - Estado. Como garantir que o Estado aja como uma terceira parte imparcial?
- Imposição da execução é custosa, e a terceira parte tem seus próprios interesses. Há custos em detectar, mensurar e impor penalidades de uma infração.
- Nos países desenvolvidos, é mais provável que os casos sejam avaliados pelo seus méritos e não em benefício de alguma parte.
- Como criar um Estado com poder coercitivo capaz de monitorar os contratos e imune a problemas de agência é um problema sem solução. Arranjo institucional de pesos e contrapesos busca amenizar isso.
- *"O que conta afinal é a lei que está inscrita nos ânimos das pessoas"*